Reunião extraordinária da Assembleia Intermunicipal
6 de outubro de 2020
Ata nº. 2

No Grande Auditório do Centro de Congressos de Aveiro, pelas dezoito horas, reuniu a Assembleia Intermunicipal, presidida por António Maria dos Santos Sousa, ladeado pelo Vice-Presidente, Francisco José de Oliveira Martins e pelo Secretário, Mário José Costa da Silva.

Estiveram presentes os seguintes membros:

Hilário Manuel Ferreira dos Santos; Luis Miguel Marques Vidal de Oliveira; Paulo André Silva e Silva; Luís Fernando Leal Duarte de Oliveira; Herculano Miguel Pereira Caetano; José Manuel Oliveira Carvalho; Arménio de Almeida Cêrca; Victor Manuel Santiago Tavares; Nuno Manuel Marques Pereira; Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno; Fernando Manuel Martins Nogueira; Carlos Albérico de Amorim Alves; José Augusto da Luz Matos; Vladimiro das Neves Rodrigues da Silva; António José Flor Agostinho; António José Carlos Pinho; João Cândido da Rocha Bernardo; António Pedro Oliveira Martins; José Alcides Ramos Pereira; Nuno Ricardo Veloso das Neves Barata; Armando Humberto Moreira Nolasco Pinto; Miguel da Silva Oliveira; Rui Filipe Coelho Costa; David Faria Pereira Oliveira; António Dias de Oliveira; Beatriz Manuel Lourenço Soares; Toni Pedro Ribeiro Martins; António Carlos Bivar Branco de Penha Monteiro; Juan Carlos Ferreira Martins; Elisabete Costa Pequeno; Jorge Henrique da Graça Pereira.

O Presidente da Mesa informou que o Membro Henrique Cesar Vasconcelos Rodrigues Moreira (Ovar) pediu substituição, estando presente no seu lugar, António Dias de Oliveira.

Estiveram ausentes os seguintes Membros: Pedro Miguel Alpoim Marques *(justificou);* António Jorge Pereira de Oliveira *(justificou);* Arménio Henrique Oliveira Martins Silva *(justificou);* Luís António Sousa Pinto dos Santos; Francisco José da Silva Ferreira; Manuel José Prior Pedreira das Neves; Pedro Machado Pires da Rosa; José Gonçalo Sarmento de Rebocho Silva e Costa; Sérgio Daniel Santos Morais; Manuel de Oliveira Reis; Alexandra Angélica Leite Oliveira Pachão *(justificou);* José Augusto Ferreira Martins.

Iniciou-se a sessão pela leitura da convocatória e da respetiva Ordem de Trabalhos:

Ponto 1 - Apreciação e Votação da "2ª Revisão - Alteração orçamental modificativa à GOP e Orçamento 2020".

Ponto 2 - Reflexão e debate sobre a "Visão Estratégica para a Região Centro 2030" e a "Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2030" no âmbito da "Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Aveiro 2030".

Seguiu-se a Ordem de Trabalhos:

Ponto 1 - Apreciação e Votação da "2ª Revisão - Alteração orçamental modificativa à GOP e Orçamento 2020".

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que esta é uma revisão orçamental simples, determinada por alguns ajustamentos globalmente sumariados na informação técnica e deu destaque principal ao concurso público para a empreitada do CIROA - Centro Intermunicipal de Recolha Oficial de Animais da Região de Aveiro, que ficou deserto, informando que se avançará para um segundo procedimento, aumentando o valor base em dez por cento.

Não houve pedidos para o uso da palavra.

2ª Revisão - Alteração orçamental modificativa à GOP e Orçamento 2020 aprovada por maioria, com oito abstenções, dos Membros David Faria Pereira Oliveira, António Dias de Oliveira, Nuno Manuel Marques Pereira, João Cândido da Rocha Bernardo, Beatriz Manuel Lourenço Soares, Armando Humberto Moreira Nolasco Pinto, António Pedro Oliveira Martins e Fernando Manuel Martins Nogueira.

Ponto 2 - Reflexão e debate sobre a "Visão Estratégica para a Região Centro 2030" e a "Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2030" no âmbito da "Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Aveiro 2030".

O Presidente do Conselho Intermunicipal recordou que o debate deste ponto foi combinado na reunião anterior. Considerou que estamos a viver um momento importante e delicado, e as interações múltiplas que estão a acontecer nesta fase têm como elemento indutor a elaboração do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, estando-se a debater, ao mesmo tempo, o Portugal 20-30 (2021 a 2027) e a continuar a executar o Portugal 2020. Referiu que a questão que se coloca hoje é a luta pelas elegibilidades e que o PRR terá uma gestão centralizada

do Governo, para o qual existe um mapa de investimentos, uns pela sua dimensão, com a respetiva designação e outros por tipologia. Considerou haver três más notícias: a redução de 20% dos Programas Operacionais Regionais; um conjunto de tipologias que deixam de ser elegíveis nos programas nacionais e passam para os PO Regionais; e das regiões de Objetivo 1, a Região Centro é a que terá o maior corte.

Referiu que o país terá de agilizar o Código da Contratação Pública, num momento decisivo em que se avaliará a capacidade de executar os fundos comunitários, recordando que a média de valor de investimento do PRR é de 6 mil milhões por ano, muito superior às médias atuais, e que a burocracia é dramática para as taxas de execução.

O Presidente do CI considerou que as discussões no âmbito da Visão Estratégica para a Região Centro 2030 e do Plano de Recuperação e Resiliência assentam na nossa EIDT RA– Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Aveiro, nos oito projetos-âncora e espera que esta referenciação de investimentos possa ser a mais vantajosa.

Inscreveram-se para usar da palavra:

Vladimiro Silva (Estarreja) elogiou a intervenção do Presidente do Conselho Intermunicipal, na qual se vê representado.

José Carvalho (Anadia) enalteceu o Presidente do CI por cumprir o compromisso assumido de voltar a discutir este assunto. e questionou de que forma estes dois documentos poderão condicionar a EIDT RA. Felicitou a coragem pelo parecer sobre a Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2030, na defesa dos fatores críticos de sucesso para a região de Aveiro e que Lisboa tem dificuldade de disponibilizar. Referiu que quando analisa a EIDT da Região de Aveiro verifica uma centralidade associada ao recurso endógeno Ria de Aveiro e reafirmou que não se podem esquecer os outros recursos endógenos, para se conseguir captar maior atratividade. Referiu que não há exclusivamente condicionalismos societais e ambientais, mas também legais no acesso às candidaturas a fundos comunitários.

Miguel Oliveira (Oliveira do Bairro) referiu-se ao ciclo urbano da água, onde só Anadia tem exploração direta e em todos os outros municípios há uma concessão a empresas público-privadas, entendendo que estar a criar projetos para estas entidades é um pouco precipitado. Referiu que dados de 2018 indicam que tivemos, a nível nacional, mais de 30% de perdas de

água, correspondendo a um custo de 85,5 milhões de euros e que se deveria obrigar as empresas que exploram este bem comum a reduzir uma percentagem de perdas por ano, para assim regular melhor o uso da água e a sua utilização.

José Matos (Estarreja) considerou a EIDT RA um documento bem elaborado, com um bom diagnóstico das potencialidades da região e apresentou uma proposta concreta, na cultura e património cultural, propondo uma medida específica no património arqueológico (romano e pré-romano), de promoção através da divulgação e da conservação. Referiu que o PRR não tem nenhuma referência à linha ferroviária Aveiro-Salamanca na Rede de Infraestruturas e Transportes e entende que seria interessante a EIDT RA ter uma medida no eixo de apoio ao autoconsumo de energia renovável, onde já há legislação a enquadrar esta matéria.

António Monteiro (Sever do Vouga) considerou que estamos perante uma crise de saúde pública que gera uma crise económica, consequentemente, uma crise social e que a retoma será lenta e gradual. Entende que o PRR vai ser acoplado ao Quadro Comunitário de Apoio 2020-2030 e que apostou em antigas receitas que merecem preocupação, como a 3ª travessia do Tejo ou o TGV, que são investimentos não reprodutivos para o país e retiram recursos fundamentais para outras regiões. Considerou que é necessária uma mudança de paradigma da economia, mais direcionada para a criação de riqueza e de postos de trabalho. Concorda que com este modelo de funcionamento é impossível atingir a execução prevista e que se devem encontrar novos mecanismos de fiscalização, sendo a defesa da transparência algo que nos deve preocupar a todos.

Marques Pereira (Aveiro) considerou que o interesse público de muitos projetos é prejudicado pela forma garantística, eventualmente em alguns casos exagerada, pelas dificuldades recorrentes da aplicação do Código da Contratação Pública, e a proposta de lei para a sua alteração e introdução de medidas especiais para essa contratação pública é decisiva. Referiu que as preocupações manifestadas sobre a corrupção são legítimas e considera que a sociedade é cada vez menos tolerante a estes fenómenos. Entende que o Tribunal de Contas deve avaliar o cumprimento das regras e das leis, mas, por vezes, questiona o mérito das decisões e extravasa as suas competências. Concorda que a agilização destes regimes jurídicos é fundamental para que o país possa executar estas verbas comunitárias. Sobre os documentos em análise, com graus de maturação avançados, considerou que na região estão identificadas

as principais preocupações e prioridades, faltando definir como se materializa em termos de projetos e de envelope financeiro.

Hilário Santos (Águeda) concordou com o Presidente do CI de que é preciso agilizar a contratação pública, mas tem de ser acompanhada por mais transparência e melhor fiscalização. Manifestou preocupação com o CHBV - Centro Hospitalar do Baixo Vouga e com a necessidade de se perceber se o nosso plano terá acolhimento pelo Ministério da Saúde, parecendo que se quer centralizar tudo em Aveiro, com a agravante de Aveiro não ter capacidade de resposta. Entende que quanto mais se centralizar estas unidades, mais ineficientes se tornam os serviços. Considerou que a situação de pandemia demonstrou a política errada praticada nos lares, num modelo ultrapassado, que era importante alterar, sendo um pilar importante da economia social, que pode criar muito emprego e se deveria tornar os lares mais interativos e integrados com a juventude. Sobre a Cultura e o Turismo, concorda com o colega de Anadia e recordou que também já várias vezes apontou estas criticas. Considera que a CIRA tem uma vantagem, pois são poucas as Comunidades Intermunicipais que têm praia e serra, e a sensação que fica é que todos os investimentos vão para a praia, mar e ria. Considera que se explora muito mal a serra e a gastronomia e que há poucas ligações culturais entre os municípios, pouca interatividade, não havendo pontos de encontro nem parcerias, quando os municípios trabalham muito bem por si.

Armando Pinto (Oliveira do Bairro) considerou fulcral o papel da Universidade de Aveiro em atrair pessoas e garantir a inovação na região, considerando que tem havido, nos últimos anos, uma perda de atratividade das universidades fora de Lisboa e do Porto. Entende que a Universidade de Aveiro tem feito esforços nesse sentido, para captar os bons alunos, e que o custo com o alojamento será, porventura, o maior entrave no acesso ao ensino superior, podendo-se aqui estabelecer um programa de alojamento, que iria aumentar essa atratividade. Considerou que a proposta de transformar lares em Unidades de Cuidados Continuados não faz sentido, porque temos uma resposta deficitária para as necessidades da região.

Juan Martins (Vagos) enalteceu o trabalho fantástico feito nos lares em todos os municípios, com poucos recursos, concordando que se possa discutir o modelo de financiamento e outras questões.

O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que a decisão tomada sobre a EIDT RA foi discutir com a Assembleia, com os parceiros e com a Universidade de Aveiro para depois criar uma primeira versão, no início do ano 2020, e fechar o documento, após as negociações com o Governo. Surgiu um fator novo, o COVID e um instrumento novo, o mecanismo europeu de recuperação e resiliência e entendeu-se que não tínhamos de alterar a EIDT RA. Referiu que as opções estratégicas estão acolhidas nas áreas de prevalência do PRR e reiterou que não aceitamos que a saúde seja secundarizada, recordando que o PRR nasceu das necessidades de resposta à pandemia, salientando que uma unidade de saúde é indutora de riqueza e é determinante para o desenvolvimento da região.

Relativamente ao ciclo urbano da água informou que não alimentamos questões municipais e se Anadia não quer estar connosco no ciclo urbano da água, quer em alta, quer em baixa, respeitamos as opções e gerimos as diferenças. Recordou que na nossa região as empresas do setor da água são todas públicas e que a lógica que se tem seguido é de sustentabilidade e de aproveitamento de fundos comunitários, tendo-se autonomizado o sistema fora dos orçamentos municipais.

Sobre a gestão do território, informou que o Conselho Intermunicipal tem a noção que a gestão no território é equilibrada e que se fizéssemos contas de investimentos per capita haveria números surpreendentes. O Região de Aveiro Digital, a candidatura do Cadastro Simplificado, os projetos na Educação são alguns exemplos de operações a onze e que promovem a coesão territorial.

Relativamente ao parecer do CENTRO 2030, referiu que a Comunidade Intermunicipal foi clara ao afirmar que não é necessário um novo aeroporto na região centro e que é impensável um segundo corredor ferroviário Lisboa-Porto.

Reiterou que a luta que interessa é afetar uma parte do investimento à região, em operações importantes, num equilíbrio entre o público e o privado e entende que se tem de chamar a banca a este processo, até pela burocracia associada aos fundos comunitários. Recordou que foram os municípios que construíram as zonas empresariais, sendo altamente indutor do investimento privado.

O Presidente do CI referiu que temos de defender o Centro Hospitalar do Baixo Vouga, para não ser esvaziado para Coimbra e para o Porto e que os obstáculos são muitos. Esclareceu

que as propostas que constam dos documentos foram elaboradas em equipa, com a Universidade de Aveiro e o com o CHBV.

Relativamente aos lares, esclareceu que a frase do documento tem um sentido diferente, uma vez que a pandemia provou que alguns dos nossos lares são Unidades de Cuidados Continuados, sem as necessárias competências técnicas. Referiu que se tem de mudar a forma de gerir a presença permanente da saúde nos lares e é preciso ampliar oferta da rede de Unidades de Cuidados Continuados.

Sobre a questão do alojamento para estudantes do ensino superior recordou que é uma responsabilidade legal do Estado e que há 20 anos que não há investimentos em residências universitárias.

Relativamente ao turismo e à cultura concordou que se terá de crescer e de aumentar a capacidade de iniciativas de caracter intermunicipal. Referiu que a Grande Rota da Ria de Aveiro é a nova grande operação de marketing em toda a região. Sobre a proposta apresentada relativa ao património arqueológico referiu que pode ser explicitada no documento, embora esteja já implícita, podendo funcionar como um fator de diferenciação da nossa oferta.

Terminou convidando todos os Membros da Assembleia a participar nas diversas iniciativas do Dia da Região de Aveiro 2020: no dia 16 de outubro, na Sessão Comemorativa e na Inauguração de um Monumento aos 30 anos da Região de Aveiro, da autoria do escultor João Bernardo, no Largo junto à Sede da CIRA e na apresentação do Livro "*Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro – Memória e Ação: 1989-2019*", pelo autor Professor Doutor Jorge Arroteia. No mesmo dia, no Cineteatro Alba, em Albergaria-a-Velha, no Concerto do Dia da Região, com a atuação da Orquestra Filarmonia das Beiras. No dia 17, na abertura do Percurso Azul da Grande Rota da Ria de Aveiro, do Cais da Bruxa, em Ílhavo, à Ponte da Vagueira, em Vagos.

Para efeitos de execução imediata, foi aprovada por unanimidade, a deliberação em minuta do ponto 1.

Região de Aveiro
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL

Não havendo outros assuntos, o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião cerca das vinte horas e trinta minutos, da qual foi lavrada a presente ata, assinada pelos Membros da Mesa.

Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal
António Maria dos Santos Sousa

Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal
Francisco José de Oliveira Martins

Secretário da Mesa da Assembleia Intermunicipal
Mário José Costa da Silva